

SOCIABILIDADE DO IDOSO: UNATI COMO UMA ALTERNATIVA

SOCIABILITY OF ELDERLY: “UNATI” AS AN ALTERNATIVE

Cristiane de Fátima Poltronieri*

RESUMO: O presente artigo traz uma reflexão sobre a contribuição das Universidades Abertas a Terceira Idade- UNATI para a vida da pessoa idosa e descreve os aspectos históricos e legais da implantação da mesma no Brasil e no Mundo. Descreve a proposta de trabalho do Serviço Social da Universidade Aberta à Terceira Idade – UNATI/ na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp de Franca-SP e faz reflexões sobre questões importantes do desenvolvimento humano e psicossocial, tais como cidadania e efetivação dos direitos sociais.

Palavras-chave: Idoso. Sociabilidade. Universidade Aberta a Terceira Idade.

ABSTRACT: *The present article brings a reflection on the contribution of the University Open to Seniors – UNATI to the life of an elderly and, describes historical and legal aspects of the implementation of this type of University in Brazil and in the world. Describes the proposal of Social Work's work in the University Open to Seniors – UNATI/ Faculty of Humanities and Social Sciences from UNESP (Franca-SP campus) and make reflections on important issues of human development and psychosocial, such as citizenship and completion of social rights.*

Keywords: *Elderly. Sociability. University Open to Seniors.*

“Ser velho em nossa sociedade, é lutar para continuar sendo homem”. (BOSI, 1994, p. XVIII)

O Brasil, país que até pouco tempo atrás era considerado jovem, encontra despreparado por parte do Estado e pela sociedade civil em enfrentar a questão do envelhecimento, o que torna algo desafiante e alarmante. De acordo com os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) o Brasil no ano de 2025 será o sexto país do Mundo com maior número de idosos. Podemos perceber esse crescimento pelos dados do IBGE (revisão 2008) que em 1940, a vida de um brasileiro mal atingia aos 50 anos, entretanto, em 2008 houve um aumento do indicador para 72 anos e a estimativa para 2050 será de 81 anos. Os resultados do Censo de 2010 mostra que a população idosa no Brasil atualmente é de 8.011.375, e que a dez anos atrás tínhamos um contingente populacional de 2.707.91 idosos.

* **Instituição de Origem:** Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Câmpus de Franca. **Agência financiadora:** CNPq/PIBIC.

O Brasil não está preparado para este aumento populacional, são necessárias políticas públicas, bem como mudança na cultura do nosso país, para que a sociedade possa conviver e acolher os idosos e garantir-lhes qualidade de vida. Para Bruno (2003 apud MARTINS, ROCHA p.65, 2008), é preciso um novo olhar sobre a velhice, o investimento na mudança da percepção que a comunidade familiar e social tem sobre o envelhecimento e a velhice, bem como a efetivação de políticas públicas que respondam às necessidades do segmento, provocando o rompimento dos mitos e preconceitos que, ainda hoje, são os maiores responsáveis pela exclusão do segmento do idoso.

A importância de tal temática se dá em não encarar o idoso brasileiro como mais um “problema social”, mas como sujeito que tem capacidade produtiva, garantia de acesso aos seus direitos sociais e poder de decisão sobre as questões que lhe dizem respeito. Para Bredemeier (2003 apud MARTINS, ROCHA p.69, 2008) o envelhecimento do homem e da sociedade consta na agenda de várias áreas, desde as ciências humanas às biológicas, passando também pela economia, arquitetura, entre outras. O Serviço Social busca marcar sua presença nesse contexto, não só na construção de novas formas de percebê-lo, mas também propondo novas abordagens, considerando as exigências do mundo atual.

O município de Franca possui aproximadamente 331.480 habitantes, segundo dados obtidos pelo SEADE – Fundação Sistema de Análise de Dados, sendo 9,16% dos munícipes possuem mais de 60 anos.

Compreender as repercussões do aumento populacional dos idosos no Brasil é de extrema importância para a atuação da categoria profissional do Serviço Social, pois é um fator preocupante no cenário em que o país se encontra, despreparado para enfrentar essa problemática. A partir disso, faz-se necessário a criação de mecanismos em nível social, econômico, político e cultural que possam garantir a sobrevivência digna das pessoas idosas.

A importância de tal trabalho justifica-se pelo número de idosos que tende a crescer e pelos serviços disponibilizados no município de Franca. As entidades de atendimento de idoso no

município de Franca são de caráter residencial e não residencial. Iremos nos referir ao longo deste trabalho as entidades de caráter não residencial.

Os serviços disponíveis em Franca de caráter não residencial são: CCI-Lions, UNATI- Universidade Aberta à Terceira Idade, Clube da Velha Guarda, projeto Vida Viva, CCI - Centro de Saúde I entre outros.

Frente a esta realidade, questionamos quais as condições de sociabilidade oferecidas pela UNATI? Qual a contribuição da UNATI na redução e prevenção de situações de isolamento social?.

A priori, a velhice para nós é vista como Haddad (1986) não apenas como uma etapa natural do ciclo biológico da vida, como momento inexorável da existência a que todos estão virtual e igualmente expostos, como fenômeno independente do modo pelo qual a sociedade capitalista explora a força de trabalho, condenando o trabalhador não apenas a uma antecipação do processo de depreciação natural de sua capacidade de labor, mas antes de tudo, a uma depreciação social que afeta o conjunto da classe trabalhadora.

Desta maneira, a primeira ideia que será apresentada é apoiada no conjunto das obras de Marx, segundo as autoras Giaqueto e Soares (2010), que apresenta o trabalho como uma atividade fundamental ao homem para a realização de suas necessidades, mediante a natureza e a outros homens.

Para Marx o trabalho é a essência do homem, através dele o homem se relaciona com a natureza. No que se refere a categoria trabalho, a fim de tornar claro o que foi exposto, portaremos a Yamamoto (2003, p.61) “A categoria trabalho trata-se de um elemento constitutivo do ser social, que o distingue como tal e, portanto, que dispõe de uma centralidade na vida dos homens”.

O trabalho é uma atividade composta de idealização - construção aproximada do objeto desejado na consciência, - e de objetivação - transformação do que foi idealizado em realidade, que com o passar do tempo torna-se algo socializado. O homem ao perpassar pelo caminho da idealização e objetivação, se auto constrói, pois adquire novos conhecimentos e habilidades, estando

em um constante movimento e se afirmando como ser social. (GIAQUETO; SOARES, 2010, p.79)

Com o intuito de satisfazer suas necessidades o homem desempenha ações que logo produzem novas necessidades em conjunto de novas habilidades, iniciativas e criatividade, o que possibilita o desenvolvimento da sociedade.

A individualidade de produzir o que necessitava vista nas primeiras sociedades é substituída pela dependência dos indivíduos produtores em relação ao mercado, para a produção de mercadoria. Com a inserção da sociedade burguesa o trabalho “livre” e a divisão do trabalho são predominante para atingir o produto final desejado.

Na divisão do trabalho, a força de trabalho do homem torna-se valor de troca para o capital, e o trabalho “livre” vira trabalho assalariado. Com esse caminhar percebe-se que a exploração do homem pelo próprio homem é algo lucrativo.

Com este perfil o trabalhador vive em um dilema, o de depender do trabalho para manter sua sobrevivência e o de ser um trabalhador “livre” e não encontrar alternativa de garantir meios de vida sem estar inserido na divisão de trabalho. Desta forma o trabalhador não sana a sua vontade ou necessidade e sim a vontade e necessidade do dono de produção e do mercado, com o intuito de aumentar cada vez mais o capital da classe dominante.

Essa problemática reflete tanto no trabalhador assalariado que desempenha um trabalho estranhado, quanto aos trabalhadores que se encontram à margem do mercado de trabalho, como é o caso de alguns segmentos da sociedade: mulher, jovem e idoso

no contexto da globalização mundial sobre a hegemonia do grande capital financeiro, da aliança entre o capital bancário e o capital industrial, que se testemunha a revolução técnico-científica de base microeletrônica, instaurando novos padrões de demanda de trabalho, amplia-se a população sobrando para as necessidades médias do próprio capital, fazendo crescer a exclusão social, econômica, política, cultural de homens, jovens, crianças, idosos, mulheres das classes subalternas,

alvos de violência institucionalizada. (GIAQUETO; SOARES, 2010, p.81).

A mudança de valores em que o indivíduo passa a ser valorizado pela força de trabalho e não pela sua existência, surge por volta do século XVIII e XIX com a nova organização de produção, a industrialização. (SILVA, 2008, p.23).

Com uma intensa população migratória nas décadas de 1970 e 1980, causada pela substituição de mão-de-obra dos trabalhadores rurais por máquinas e o acúmulo de terras nas mãos de poucas pessoas, viu-se na “cidade grande” a solução para os problemas. O grande deslocamento populacional causou impactos nas estruturas sociais urbanas, devida a ampla procura de serviços públicos pela população, que vivia em péssimas condições de vida o que favorecia o contágio de doenças, sendo os idosos e as crianças os mais vulneráveis.

De acordo com João Netto (1997, apud OLIVEIRA, 2010, p.103), é com a Revolução Burguesa e Industrial que o conceito de velhice surge. Daquela época o que se procurava era uma população que dispusesse de vigor físico para trabalhar. Quando essas pessoas não podiam mais realizar as atividades devido a idade, passavam a ser consideradas “velhas” para o mercado de trabalho. Para esse novo sistema, o indivíduo que não possui “capacidade” de atingir as expectativas da fábrica – produzir mais em menos tempo com menor custo e gerar lucro - torna-se desnecessário. Aqueles que não tem o perfil desejado pelas empresas, como é visto o segmento idoso, transformam-se em exercito de reserva.

O idoso na sociedade atual é encarado como um sujeito ultrapassado que já deu sua contribuição e que agora não serve mais. A cultura descartável impõe o novo como símbolo de avanço e modernidade. O idoso não tem espaço, mas ganha e tem oportunidade no mercado consumidor. (SALDANHA, 2004, p.19).

As sociedade capitalistas para Peixoto (1998 apud SILVA, 2008 p.38) assimila a velhice com a fase mais decadente da vida e com a pobreza, pois não considera a força de trabalho do idoso produtivo, é algo sem valor, fato que reflete a sua exclusão do mercado de trabalho.

A partir desta lógica, cria-se em torno do segmento idoso um sentimento de preconceito, repulsa e rejeição, porque o envelhecimento passa a ser visto como uma fase de inutilidade, de que nada mais será produzido e que ser idoso não é bom. Isso faz com que as pessoas que estão vivendo essa fase, se sintam excluídas do meio social em que estavam habituadas. (SILVA, 2008, p.38). De acordo com o filósofo alemão Frank Schirrmacher é necessário:

...revolucionar esse modo negativo de como os idosos são vistos e tratados. Pois as sociedades não irão sobreviver se o seu maior grupo populacional for colocado à margem como ocorre hoje, sendo, tirado dos velhos sua dignidade, seu posto de trabalho e sua biografia. (SCHIRRMACHER, 2005 p. 14).

É uma arrogância essa competência moderna segundo Olievenstein (2001) em que designa o ser como não estando mais à altura do mercado, é de certa forma, “entrar por bem ou por mal, em um outro mundo, o mundo da inutilidade”. A autora Canôas (1983, p.13), compartilha da mesma ideia quando diz que o idoso não se retira do mercado de trabalho, mas é provocado a isso mesmo contra sua vontade.

Olievenstein (2001) ressalta também a importância do trabalho na sociedade, pois acredita que ele é uma proteção, a chave para a nossa inserção social. Quando excluído do mercado de trabalho o indivíduo, segundo o mesmo autor, tem vergonha de si mesmo, com se fosse responsável por sua condição e idade.

A saída do mundo do trabalho e a inserção ao mundo doméstico – a perda de um mundo de poder, o indivíduo que desempenhava uma atividade tem de certa forma um poder, e que agora pode estar na mão de outra pessoa - é caracterizada pela aposentadoria representada no Brasil como a etapa de distanciamento social. (BARROS, 1998, p.35).

Esse momento, da perda do papel de trabalhador, faz com que muitas vezes o indivíduo deixe ou reduza os seu meio social na comunidade, já que o ambiente de trabalho era o lugar em que ocupava parte do seu tempo. Além do trabalho ser um meio para a interação e socialização do indivíduo ele propicia

ao homem um papel profissional, que causa um sentimento de segurança. Entretanto, com o afastamento do mercado de trabalho, devido as circunstâncias já mencionadas, e a entrada no mundo da aposentadoria representa quase sempre uma ruptura com tudo o que o homem estava habituado a realizar, além da perda de papéis e da sua “marca” que teve ao longo dos anos. O aposentado é rotulado muitas vezes de inútil, porque não executa uma atividade que rende lucros.

Varias são as perguntas feitas, a essa nova fase da vida, Saldanha (2004, p.12) questiona: Como se sentir útil fora do mercado de trabalho?. A resposta para essa pergunta é complexa, mas o que podemos absorver deste contexto com o auxílio do pensamento de Bosi (1983, p.35) é de que “a sociedade industrial é maléfica para a velhice”.

Beauvoir (1990, p.329) afirma que a brusca saída do ambiente profissional faz com que haja alteração nos hábitos do homem, além desse ganhar menos dinheiro do que antes. A autora afirma também que é por meio de sua ocupação e salário que o homem define sua identidade e que ao seu afastar deste meio perde-a. Francisco Oliveira (1984, apud, PEREIRA, 2009, p. 35) aponta que “ O sistema econômico vale-se da enorme força de trabalho que dispõe para substituir pessoas ainda em idade de trabalhar por outras mais jovens as quais paga menos...” .

Vindo de encontro com tal problemática, o Capítulo II, dos direitos sociais, da Constituição Federal de 1988, no seu artigo 7º, prevê:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

A Constituição de 1988, no seu artigo 170, regulamenta que a ordem econômica se funda na valorização do trabalho, desta forma, a Legislação Maior do Brasil reconhece o direito social do trabalho como efetividade de existência e dignidade que envolve direito de acesso à aquele e na orientação da formação profissional.

O trabalho não se expressa apenas no formato da remuneração, mais na manutenção de inserção social. (BRAGA, 2005, p. 142;143).

O Estatuto do Idoso (2003) prevê além da proibição da discriminação pelo critério idade no exercício de atividades como a qualificação, profissionalização e preparação para a recolocação do idoso no mercado de trabalho, porém a realidade é diferente.

A exclusão do mercado está presente principalmente no caso de pessoas a cima dos 50 anos e que estão a procura de emprego. Há uma exclusão coberta porque não vem expressa nos anúncios de trabalho, essa faixa etária da população, quando se interessam em fazer a inscrição para a vaga são colocados obstáculos que levam as pessoas a desistirem do cargo. Segundo Bosi (1994, p.78) “quando se vive o primado da mercadoria sobre o homem, a idade engendra desvalorização”.

Simone de Beauvoir (1970, p.265 apud LEPORACE, 1998, p.17) diz que: “A sociedade fecha os olhos para os abusos, os escândalos e os dramas que abalam seu equilíbrio, não se preocupa mais com a sorte das crianças abandonadas dos jovens delinquentes, do que com a dos velhos”

Apropriaremos das palavras de Bosi quando diz que para “ser velho em nossa sociedade, é lutar para continuar sendo homem”. (BOSI, 1994, p. XVIII). Percebe-se que os segmentos que se encontram excluídos do modo de produção capitalista – crianças, jovens e idosos – são postos a margem da sociedade.

Além do trabalho ser um meio para a interação e socialização do indivíduo ele propicia ao homem um papel profissional, que causa um sentimento de segurança. Entretanto, com o afastamento do mercado de trabalho, devido as circunstâncias já mencionadas, e a entrada no mundo da aposentadoria representa quase sempre uma ruptura com tudo o que homem estava habituado a realizar, além da perda de papeis e da sua “marca” que teve ao longo dos anos. O aposentado é rotulado muitas vezes de inútil, porque não executa uma atividade que rende lucros.

Varias são as perguntas feitas, a essa nova fase da vida, Saldanha (2004, p.12) questiona: Como se sentir útil fora do mercado de trabalho?

A resposta para essa pergunta é complexa, mas o que podemos absorver deste contexto com o auxílio do pensamento de Bosi (1983, p.35) é de que “a sociedade industrial é maléfica para a velhice”.

A sociedade menospreza o idoso, não oferece sobrevivência à tudo que ele construiu. Quando perde a força do trabalho ou quando é retirado dele esta força, ele não é produtor e nem reprodutor. Segundo Sartre (apud BOSSI 1983, p.35), a defesa de um idoso de uma classe social mais favorecida esta na acumulação de bens, suas propriedades o defendem da desvalorização de sua pessoa. São as relações entre pessoas e coisas que colocam as pessoas em diferentes patamares no sistema produtivo.

Diante de modificações significantes, torna-se necessário ações de ensino e aprendizado na época da velhice que contribuía no fortalecimento da socialização, já que a perda da função produtiva, perda de familiares e distanciamento das relações sociais, faz parte dessa fase da vida. (NUÑEZ, 2001, p.35).

O conceito de sociabilidade segundo Simmel (1983, p.168, apud CENTRULO 1999, p. 15) é “o sentimento de satisfação por estar fazendo sociedade em si. Estes sentem que a formação de uma sociedade como tal é um valor; são impedidos para essa forma de existência”.

Este mesmo autor, expõem que a satisfação de interesse não deve fazer parte da sociabilidade, pois acredita que esta só pode dar-se pela neutralidade das diferenças, na gratuidade de fazer-se. (TURNATURI, 1997, p.14 apud CENTRULO 1999, p.16). Desta forma, para que haja sociabilidade as diferenças devem ficar de lado, de acordo com Simmel “riqueza, posição social, cultural, fama mérito e capacidades excepcionais não podem representar qualquer papel na sociedade” (1983, p.170 apud CENTRULO 1999, p. 17).

Sociabilidade são “as formas nas quais resulta o processo da sociedade ganhando vida própria”(SIMMEL 1983, p. 168 apud CENTRULO 1999, p.17). Simmel conclui que o fenômeno da sociabilidade - “as formas que ganham vida própria” - existe pela própria libertação que difunde laços, ou seja, ela é estabelecida com a maneira como as relações sociais se dão. (CENTRULO p.168).

A sociabilidade é e deve ser vista, como um sentimento de estar se relacionando com outras pessoas e ter prazer com essa relação, estar satisfeito por ser integrante de um grupo com o objetivo exclusivo de se relacionar com outras pessoas.

Para Simmel, a sociabilidade é um jogo em que não pode ser incluídas características objetivas e sentimentos subjetivos de cada indivíduo. Sendo assim, Simmel (1983, p.170 apud CENTRULO 1999, p. 18) explica que o :

alvo não é nada além do sucesso do momento sociável, e, quando muito, a lembrança dele. Em consequência disso, as condições e os resultados do processo de sociabilidade são exclusivamente as pessoas que se encontram numa reunião social.

Jogar o jogo do convívio social e ter prazer com este é ter sociabilidade. Esta só pode ser materializada em momentos especiais, onde cada integrante separa de seus elementos individuais objetivos e subjetivos, para poder estar no jogo em igualdade com os demais participantes. Segundo Centrulo (1999, p. 18), “o único objetivo desse jogo é dar aos outros e deles receber prazer”.

Formulamos então o princípio de sociabilidade como o axioma de que cada indivíduo deveria oferecer o máximo de valores sociais (de alegria, de realce, de vivacidade, etc), compatível com o máximo de valores que o próprio indivíduo recebe. (SIMMEL, 1983, p.172 apud CENTRULO 1999, p. 18-19).

O autor considera assim, que a “sociabilidade entre membros de classes sociais muito diferentes é amiúde inconsciente e dolorosa” (CENTRULO p.172). Simmel destaca também que a sociabilidade mantém relação com o conceito de comunidade, já que aquela é o sentimento de pertencer a uma comunidade. Contudo, sociabilidade é a satisfação da relação social de um indivíduo com outros grupos sociais. (CENTRULO 1999, p. 21).

Em Simmel, o mundo social é tido como o conjunto de relações sociais que estão em processo, desta forma, socialização são as formas de integração. Sendo assim, toda relação mesmo que pareça insignificante, contribui para a vida em sociedade e esta

nada mais é do que o conjunto de integração. (Waizbord, 2000b, p. 96 apud Grigorowitschs, 2008).

Portanto, socializar-se implica transformação, pois é um processo dinâmico e não estático, as transformações são processuais e individuais. As estruturas dos diversos grupos sociais de uma sociedade estão sempre se relacionando com outras estruturas sociais, o que faz com que aquelas se modifiquem constantemente. Nesse sentido, segundo Elias (1970, p.119 apud Grigorowitschs, 2008), “ (...) interagir significa ajustar-se a situações mutáveis (...)”.

Socializar é um conceito que reúne juízos de valores, emoções e orientações de indivíduos que estão inseridos em grupo ou cultura de interesses coletivos – o que exclui características subjetivas. O indivíduo por sua vez, só se realiza pela interação com o outro, não é possível separar indivíduo e sociedade, pois “ (...) não há identidade-eu sem identidade-nós (...)” (Elias, 1939, p. 152 apud Grigorowitschs, 2008).

A socialização é um processo que está presente na vida de cada homem, no qual este integra por meio da participação, ações sociais, regras, normas de agir e maneiras de pensar, sendo assim, cada sujeito desenvolve sua própria imagem e identidade (Scherr, 2002, p. 47 apud Grigorowitschs, 2008). Assim, socialização é um processo que está aberto em todas as idades, e que ocorre de forma imprevisível, sem o planejamento (Idem, *ibid.*, p.48). O autor Luhmann (1987, p. 176 apud Grigorowitschs, 2008), afirma que “ socialização deve ser caracterizada como “ auto-socialização”, pois não existem mecanismos de causa e efeito que determinam a interação e comunicação sociais e o desenvolvimento psíquico da identidade”.

É por meio deste aspecto que o trabalho apresenta forte contribuição na socialização e conseqüentemente no desenvolvimento da identidade. Como foi exposto no subcapítulo anterior, o indivíduo que durante toda a sua vida desenvolveu determinada atividade, que teve sua identidade formada no local de trabalho e esteve em contato com várias pessoas, sendo essas muitas vezes seu círculo de amizade, quando se desliga do mercado de trabalho ou é obrigado a se retirar deste, pode ter sua

socialização abalada. Desta forma, o que percebemos é que “as diferentes condições de socialização possibilitam ou limitam as chances de desenvolvimento da identidade” (Scherr, 2002, p.57 apud Grigorowitschs, 2008).

A sociabilidade, pelo aspecto do trabalho, é vista pela integração das esferas orgânicas, inorgânica e social, realizada pelo trabalho que inclui homem/natureza:

[...] para fins do entendimento do surgimento de um novo ser - ser social¹ – compreendemos esta discussão sobre a questão do trabalho em três esferas: orgânica, inorgânica e social. A inorgânica não dispõe de propriedade para se reproduzir; a orgânica possui vida e possibilidade de reproduzir a si mesma; e a social, a possibilidade de produzir o novo, novas necessidades, sociabilidades. É, sobretudo, a diferenciação do homem perante outros seres naturais (NETTO; BRAZ, 2006; LUKÁCS; ANTUNES, 2009 apud MUSTAFA; BENATTI, 2010, p. 401).

Assim, a sociabilidade é o conceito da sociedade humana, na qual integra a esfera orgânica, a esfera inorgânica e a esfera social, em um todo articulado pelo trabalho. Deste modo, o trabalho é visto como elemento fundamental na socialização humana, pois acredita-se que as relações sociais construídas, desde as mais antigas até os dias de hoje, fundamentam-se na reprodução da vida, através da produção de bens necessários – “produção e reprodução da vida humana” (MUSTAFA; BENATTI 2010, p. 400). A produção e reprodução social, por meio do trabalho, “é um complexo, um pêndulo modular que está dado de forma trans-histórica” (ANTUNES, 2010 apud MUSTAFA; BENATTI, 2010, p. 400), o que significa, situada em todas as fases históricas da humanidade.

Portanto, o trabalho desenvolve a sociabilidade entre homem e natureza, e com outros homens, já que o trabalho é eminentemente coletivo e combinado. O trabalho é essencial ao ser

¹ Para Netto e Braz (2006, p. 45 apud Mustafa; Benatti 2010, p. 414), “O ser social é o conjunto de atributos e das possibilidades da sociedade”, o ser social é formado por determinismo e liberdade na ontologia marxista.

humano, pois este é a condição ontológica do ser social. Entretanto, o capital “maquia” o processo de trabalho o que faz com que o sujeito entre em uma relação de estranhamento com aquilo que produz. (MUSTAFA; BENATTI, 2010, p. 414).

Portanto, apropriamos dos dizeres de Antunes (2009 p.261 apud MUSTAFA; BENATTI 2010, p. 415) “(...) o trabalho que estrutura o capital desestrutura o ser social”, pois acreditamos que a sociabilidade, por tudo o que ela possa ou venha implicar, permite o desenvolvimento pleno de todos os homens. Conclui-se, assim, com a indagação feita por Beauvoir (1997): Como deveria ser uma sociedade para que, na velhice, o homem permaneça um homem? E a resposta dada foi, “seria preciso que eles sempre tivessem sido tratados como homem”.

A UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE - CÂMPUS DE FRANCA: ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO

No Brasil a preocupação das Universidades em contribuir em projetos educacionais que incluam os idosos, é recente. As primeiras iniciativas no país foi oferecida pelo Serviço Social do Comércio – SESC, nos anos 1970. Esta instituição criou a Escola Aberta da Terceira Idade, segundo Soares e Di Gianni (2008, p.15) “com o objetivo de oferecer aos idosos informações sobre aspectos biopsicossociais do envelhecimento, programas de aposentadoria e atualização cultural”.

O incentivo na criação de Universidades Abertas à Terceira Idade, no Brasil, por meio de legislação, surge através da Lei 8842/94 denominada a Política Nacional do Idoso (PNI), que dispõe sobre normas para os direitos sociais dos idosos, garantindo autonomia, integração e participação efetiva como instrumento de cidadania. Importante ressaltar que esta lei é resultado de uma ampla mobilização de segmentos organizados da sociedade e representa uma grande conquista em termos legais, pois está embasada no paradigma da cidadania, o qual valoriza o ser humano, enquanto pessoa que possui necessidades biológicas, pessoais, intelectuais, sociais, entre outras.

A Política Nacional do Idoso tem como objetivo criar condições para promover a longevidade com qualidade de vida, colocando em prática ações voltadas não apenas para os que estão velhos, mas também para aqueles que vão envelhecer.

Na educação, a lei apresenta medidas para a adequação dos currículos e materiais didáticos para cursos destinados aos idosos, inclusive a distância, o desenvolvimento de programas educativos nos meios de comunicação, sobre o processo de envelhecimento. Além disso, a inserção, na educação formal, de conteúdos voltados para o idoso, com o objetivo de reduzir o preconceito e aumentar o conhecimento sobre o assunto. Com relação à cultura e lazer, deve ser estimulada a participação do idoso em eventos culturais e de lazer, uma das medidas adotadas foi a redução dos preços de ingressos. A lei prevê, também, a possibilidade da transmissão de suas habilidades e informações ao público jovem, como forma de preservar e de continuar a identidade cultural.

A PNI determina, dentre as competências dos órgãos e entidades públicas na área da educação, “apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas de saber”.

No Estatuto do Idoso, criado pela Lei n. 3561/2003, também dispõe no Capítulo V – Da Educação, Cultura, esporte e Lazer, o idoso tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Ainda neste capítulo, mais precisamente no artigo 24, refere-se a criação de universidade aberta:

Art. 25 – O poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.

Atendendo a determinação legal, e, sobretudo atendendo a uma necessidade social, são desenvolvidos na universidade diversos

trabalhos de ensino, pesquisa e extensão voltados para pessoas em processo de envelhecimento.

O referido Estatuto apoia e incentiva ações educativas, bem como prevê a inserção do tema envelhecimento nas escolas de ensino infantil à universidade, propondo adequações curriculares e a formação de profissionais capacitados para a promoção da solidariedade inter-geracional e a mudança paradigmática quanto ao envelhecimento.

Os programas desenvolvidos pelas Universidades aos idosos aparecem como uma medida eficaz, considerando que criam oportunidades de retorno ao convívio e de participação na comunidade.

A proposta de trabalho do Serviço Social da Universidade Aberta à Terceira Idade – UNATI/Franca surgiu em 1993, com o propósito de trazer reflexões sobre questões importantes do desenvolvimento humano e psicossocial, tais como: cidadania e efetivação dos direitos sociais, a qual foi consolidada em agosto de 1996. (SOARES; DI GIANNI, 2008, p.17).

O projeto político pedagógico da instituição não é imposto de cima para baixo, desconsiderando as pessoas envolvidas, a realidade onde o projeto esta inserido, nem mesmo a sociedade brasileira e mundial, em que apenas profissionais da área pudessem apinar e decidir o que seria melhor para a maioria. Desta forma, o projeto pedagógico é construído coletivamente, possui uma posição política que visa o bem comum, permitindo a participação de alunos da graduação, alunos da UNATI, professores da UNESP e professores colaboradores e comunidade.

A UNATI/Franca visa que o trabalhador social seja compromissado com a construção da cidadania, o cultivo da democracia, da equidade e da liberdade, enfim que seja coerente com o projeto ético político da profissão. Entre os princípios fundamentais da ética profissional do Serviço Social, num total de onze, o terceiro refere-se na “ampliação e consolidação da cidadania, considerando tarefa primordial de toda sociedade, com vista à garantia dos direitos cívicos, sociais e políticos das classes trabalhadoras”.

Portanto, o assistente social atua numa relação direta com a questão da cidadania, que de acordo com o nosso projeto ético-político, defendemos a social democracia, que prevê a cidadania na perspectiva da universalização dos direitos sociais, políticos e civis.

A Universidade da Terceira Idade – UNATI – do Câmpus de Franca da UNESP, é um espaço cultural para pessoas que estão a caminho do envelhecimento buscarem ampliação de seus conhecimentos e satisfação de aspirações pessoais, sociais e culturais.

Nossa proposta de trabalho com idosos da UNATI/Franca preocupa-se em oferecer serviços de qualidade, fazendo com que as atividades oferecidas ao seguimento idoso tenham relevância social e atendam ao interesse deste público, considerando suas trajetórias de vida, ou seja, preocupação de não incluir no projeto apenas ações com o intuito exclusivo de ocupar o tempo livre do idoso ou tratá-lo como incapaz de aprender novas habilidades e adquirir novos conhecimentos.

De acordo com as autoras Soares e Di Gianni (2008, p.18), os participantes da Universidade Aberta à Terceira idade do Câmpus de Franca atualmente são pessoas acima de 45 anos, esta idade foi determinada visto que, por volta dos 30 anos, o ser humano já começa a enfrentar algumas perdas no seu organismo, as quais precisam ser trabalhadas para evitar sequelas. Estes alunos estão interessados em ocupar seu tempo ocioso com diversas atividades: absorver conhecimentos, participar de oficinas e eventos realizados pelos alunos da graduação, com o intuito de conhecer seus direitos sociais e lutar pela sua efetivação buscando condições dignas de vida, bem como interagir com os alunos/participantes e com as outras gerações que circundam a UNATI, definindo desta forma a socialização.

REFERÊNCIAS

BARROS, Myriam Moaraes Lins. **Velhice ou terceira idade?**. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança social de velhos, 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAGA, Pérola Melissa V. **Direitos do idoso: de acordo com o Estatuto do Idoso**. São Paulo: ed. Quatier Latin, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Estatuto do idoso**: Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e legislação correlata. Brasília, DF: Centro de Documentação de Informação, Edições Câmara, 2008. (Série Legislação, n.14).

_____. **Política nacional do idoso**: Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/politica-nacional-do-idoso/politica-nacional-do-idoso.htm>>. Acesso em: 2011.

CANÔAS, Cilene Swain. **A condição humana do velho**. São Paulo: ed. Cortez, 1983.

CENTRULO, Francisco. **Simmel**: sociabilidade e sociedade moderna. In: INC?O, Maria Angela (Org). Sociabilidade: espaço e sociedade. São Paulo: Grupo Editores, 1999.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Ed. USP: FAPESP: 2004.

GRIGOROWITSCHS, Tamara. **O conceito “socialização” caiu em desuso?** Uma análise dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead. Educ. Soc. vol.29 no.102 Campinas Jan./Apr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000100003&lang=pt>. Acesso em: 8 de junho de 2011.

HABIB, Christiane. **O envelhecimento: limites e possibilidades.** 2001. 122f. Tese (Dissertação de Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2001.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice.** São Paulo: Cortez, 1986.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo, Cortez, 2003

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE. **Censo 2010.** <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/wedservice/default.phpcold1=0&cod2=&cod3+&frm+piramide>>. Acesso em: 29 de abril de 2011.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.13-64.

LEPORACCI, Viviane Borsari. **Participação social na terceira idade: uma alternativa de vida.** 1998. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1998.

MARTINS, Eliane Maria; Rocha, Tatiane Cultri. **Serviço Social e Velhice: um estudo sobre a sociabilidade.** 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

MUSTAFA, Patrícia Soraya; BENATTI, Lucimara Perpétua dos Santos. **Trabalho e necessidades**: há satisfação das necessidades humanas na era do capital?. In: LOURENÇO, Edvânia; NAVARRO, Vera; BERTANI, Iris; SILVA, José F. S.; SANT'ANA, Raquel (Orgs.). O avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NUÑES, Alzira Tereza Garcia Lobato. **Serviço Social e universidade de terceira idade**: uma proposta de participação social e cidadania para os idosos. Textos Envelhecimento, v.3, n.5, Rio de Janeiro, 2001.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **Terceira Idade**: do repensar dos limites aos sonhos possíveis. São Paulo: ed. Paulinas, 1999.

OLIEVENSTEIN, Claude. **O nascimento da velhice**. Bauru: ed. Universidade do Sagrado Coração, 2001.

PIMENTEL, Kathia Mara Murito (org.) **Envelhecer**: reflexões e práticas. Governador Valadares: [s.n.], 2006.

SCHIRMACKER, Frank. **A revolução dos idosos**: o que muda no mundo com aumento da população mais velha. Tradução de Maria do Carmo Wallny e Sérvulo M. Resende. Rio de Janeiro. Elsevier, 2005.

Fundação Sistema de Análise de Dados- **SEADE**. <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 20 de abril de 2011.

SILVA, Soraia Aparecida Oliveira. **Desinstitucionalização**: uma proposta de política pública para o envelhecimento. 2008. 121 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

SOARES, Nanci; GIAQUETO, Adriana. **O trabalho e o trabalhador idosos**. Trabalho, Saúde e Serviço Social. Textos apresentados no VII Seminário de Saúde do trabalhador de Franca e V Seminário o Trabalho em Debate, Franca -SP, p.79-84. ed. CRV – 2010.

SOARES, Nanci; DI GIANNI, Victalina Maria Pereira. **UNATI/Franca: construindo cidadania na era do envelhecimento.**
In: JOSÉ FILHO, Mário; SOARES, Nanci (Orgs.). **UNATI: construindo cidadania.** Franca: Ed. UNESP/FHDSS, 2008.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital:** implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: ed. Cortez, 2008.

VERAS, Renato. **A longevidade da população:** desafios e conquistas. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 24, n. 75, p. 5-18, set. 2003.

ZIMERMAN, Guitte I. **Velhice: aspectos biopsicossociais.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.